

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.526 - SC (2014/0332701-9)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : S/A FOSFOROS GABOARDI  
ADVOGADOS : EROS SANTOS CARRILHO - PR002086  
NELSON DE SÁ RIBAS - PR006047  
JOEL GONÇALVES DE LIMA JÚNIOR - PR036564  
EDUARDO ALVES PAIM - RS049540  
JOSE RUBENS CAFARELI - PR016285  
LUCIANO GOMES CARRILHO E OUTRO(S) - PR038092  
ANA CRISTINA HOOGEVOONINK XAVIER - PR038166  
ANA ELISA MARCHESINI CAFARELI - PR069400  
MARIANA CHAVES BARCELLOS TEIXEIRA - RS054008  
AGRAVADO : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A  
ADVOGADO : LÍZIA MORA RÊGO E OUTRO(S) - RS066773  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL  
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -  
PR00000000

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CARACTERIZADA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEVOLUÇÃO MEDIANTE CONVERSÃO EM AÇÕES, NA FORMA DO ART. 4º. DA LEI 7.181/1983. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO VALOR DE MERCADO. ABUSO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação. As questões postas a debate foram decididas, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa aos arts. 165, 458, II e III, 515, § 1º., e 535, II, todos do CPC/1973.

2. A respeito da alegada violação aos arts. 187, 884 e 927 do CC, ou seja, quanto à tese de que houve abuso de direito em razão do momento escolhido para a conversão do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica em ações preferenciais, esta Corte já assentou, em outras oportunidades, sua inexistência, porquanto não caracteriza exercício abusivo o fato de o valor patrimonial da ação ser superior a seu valor de mercado. Precedentes: AgInt no REsp. 1.541.406/PR, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 2.2.2018; REsp. 1.399.762/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 15.10.2013.

3. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

